

X reunião de Câmara
A Assembleia Municipal
07/09/2016
[Signature]

PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO PAF – 1º SEMESTRE DE 2016

Índice

1. INTRODUÇÃO	2
2. MEDIDAS DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO E PAEL	3
3. IMPACTOS FINANCEIROS DAS MEDIDAS PRECONIZADAS NO PAF	5
4. EXECUÇÃO DA RECEITA	6
5. EXECUÇÃO DA DESPESA	7
6. EVOLUÇÃO DA DÍVIDA DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO	8
7. ENDIVIDAMENTO	9
8. ACOMPANHAMENTO DO PAF PELA DIREÇÃO-GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAL (DGAL)	10
9. DISPOSIÇÕES FINAIS	11

A Direção-Geral do Tesouro e Finanças libertou o produto dos empréstimos em dois desembolsos, de 1.422.196,39 € e de 606.932,74 €, perfazendo o valor de 2.029.129,13 €. Ficaram 2.580,00 € por desembolsar atendendo que não foi possível/contatar um dos fornecedores que fazia parte da lista de pagamentos.

As linhas de crédito disponibilizadas pelas Entidades Bancárias foram utilizadas na íntegra.

2. Medidas do Plano de Saneamento Financeiro e PAEL

Para a recuperação da sustentabilidade e equilíbrio financeiro a Câmara Municipal de Miranda do Douro propôs-se implementar um conjunto integrado e coerente de medidas.

As medidas agregaram-se em três eixos de atuação: eficiência organizacional, economia e redução da despesa e aumento da receita.

Os Quadros seguintes avaliam o grau de implementação das medidas preconizadas no PAF, ao nível da eficiência organizacional, economia, redução da despesa e do aumento da receita.

Medidas		Execução		Observações
Nº	Eficiência organizacional;	Implementada	Não Implementada	
1	Reorganização dos serviços municipais, com especial enfoque na eficiência e eficácia organizacional operando uma efetiva segregação de competências instrumentais e operativas, designadamente conformação com o estabelecido na Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto até 31 de dezembro de 2012.	X		A reorganização dos serviços foi promovida de acordo com a Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, através da adequação da estrutura orgânica municipal. A reorganização foi publicada no D.R., II série, n.º 8 de 11/01/2013
2	Implementação do Sistema de Contabilidade Analítica e função controlo de gestão;	X		Em melhoria contínua.
3	Reforçar a simplificação de políticas e procedimentos, quer pela eliminação de redundâncias quer pela reavaliação dos mesmos, combatendo atuações burocráticas e circuitos de decisão complexos, reduzindo os custos de contexto internos e encurtando os prazos de resposta aos municípios;	X		Em melhoria contínua, quer o Balção do Empreendedor, quer a desmaterialização dos procedimentos internos.
4	Implementação de um orçamento por atividades de base zero (não incremental) em 2013 (aplicável a 2014);		X	Na elaboração do Orçamento para 2014 e seguinte, foi utilizada de forma incipiente esta metodologia, pelo que não se pode dizer que a mesma se encontra implementada.
5	Implementar a regra orçamental de que as receitas de capital, inerentes à alienação de bens de investimento, só deverão concorrer para o financiamento de despesas de investimento quando exista uma forte presunção da sua concretização, pelo que, enquanto esta não se verifique, não devem as mesmas concorrer para o financiamento definido, ou seja, a receita inerente não deverá constar das previsões iniciais do Orçamento da Receita. Os investimentos que tenham por pressuposto aquela fonte de financiamento deverão ser listados no PPI com financiamento não definido até aquela condição se verificar;	X		Não houve alienação de bens de investimento.
6	Concomitantemente, a previsão da despesa de investimento em cada exercício deve ser limitada ao valor global da receita de capital do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), acrescido do eventual financiamento comunitário que lhe esteja ou venha a estar consignado, líquido do serviço da dívida (capital).	X		Atendendo à impossibilidade de aplicação desta medida devido às alterações da Repartição do FEF, posteriores ao PAF, pode dizer-se que se encontra implementada. O FEF de Capital é inferior ao valor das amortizações anuais de empréstimos de médio e longo prazo.

Medidas		Execução		Observações
Nº	Economia, redução da despesa;	Implementada	Não Implementada	
7	Redução e racionalização de despesas de funcionamento, com imposição de redução da rubrica "outros serviços", nomeadamente decréscimo de 10% sobre as despesas correntes daquela natureza em 2013 e decréscimo de 5% em 2014 e 2015;	X		Foram efetuados cortes nominais nas aquisições de serviços. No entanto, fruto da própria atividade municipal, foram efetuadas aquisições não previstas no PAF. Valor executado no 1º semestre de 2016 (239.746,85 €). Valor anual previsto no PAF (207.808,57 €).
8	Redução e racionalização de despesas de funcionamento através da agregação de necessidades operada pelo agrupamento de entidades adjudicantes operada designadamente pela CIM Trás-os-Montes;		X	Até à presente dada não foram desencadeados procedimentos de agregação de necessidades.
9	Redução e racionalização de consumos: a. N.º de minutos de comunicações (fixas e móveis); b. M3 de água consumida; c. Litros de combustível; d. M3 de gás; e. Kw/hora de energia elétrica;	X		Efetua-se procedimentos públicos de aquisição de serviços de telecomunicações, eletricidade, combustíveis e gás. Relativamente ao consumo de água a medida não pode ser avaliada, atendendo que não foram colocados contadores de água para os autoconsumos da entidade.
10	Implementação (conclusão) do Plano de Eficiência Energética, com conseqüente redução da factura em 10% em 2013 e 5% em 2014;	X		Parcialmente implementada, com uma candidatura aprovada e em execução para a redução dos custos com a iluminação pública.
11	Decréscimo dos subsídios e transferências em numerário atribuídos a terceiros, nomeadamente decréscimo de 50 % em 2013 (comparado com 2011), e 5% até 2020 mantendo-se congelados a partir desse ano;	Considera-se não implementada/executada a medida atendendo que no 1º semestre a despesa executada ultrapassa o valor anual previsto no PAF		O valor executado até ao 1º semestre/2016 (397.122,20 €). Valor anual previsto no PAF (169.085,27 €).
12	Redução do número de colaboradores no Município - a presente medida consiste na entrada de 1 colaborador por cada 2 saídas para aposentação ou outra forma de desvinculação, prevenindo-se 62 saídas até 2026 e 31 entradas;	X		Saídas/entradas em 2013 = 34/11. Saídas/Entradas em 2014 = 10/5. Saídas/entradas em 2015 = 12/6. Saídas/Entradas 1º semestre de 2016 = 2/0.
13	Redução do nível de despesa nas rubricas de Horas Extraordinárias e Ajudas de Custo em 15 % em 2014 e redução de 2,5% até 2020, mantendo-se constante nos exercícios seguintes;	X		O valor executado no 1º semestre/2016 (23.508,85 €). Valor anual previsto no PAF (43.622,56 €).
14	Elaborar um Plano de Rentabilização do Património Municipal (alienação, concessão, arrendamento, ...). A implementação da presente medida implica a inventariação do património imóvel do domínio público e privado, abrangendo os direitos a eles inerentes do Município, destinando-se a assegurar o pleno conhecimento dos referidos bens imóveis.	X		Parcialmente implementada. Os bens imóveis do domínio privado encontram-se inventariados e os de domínio público parcialmente inventariados.

Medidas		Execução		Observações
Nº	Aumento da receita:	Implementada	Não Implementada	
15	Aperfeiçoamento dos processos e do controlo sobre os factos suscetíveis de gerarem a cobrança de taxas e preços municipais, bem como ao nível da aplicação de coimas e da promoção dos processos de execução fiscal a cargo do Município, estimando-se um incremento de receita (impostos indiretos e taxas) de 10% em 2013 e 5% em 2014;	X		Sessão de Assembleia Municipal de 05/11/2013, publicado no D.R., II Série de 31/12/2013.
16	Fixação dos preços cobrados pelo Município nos setores do saneamento, água e resíduos, nos termos definidos nas recomendações da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) aproximando-se gradualmente, num horizonte de 5 anos, dos preços de sustentabilidade.	X		Parcialmente implementada. Alteração das tarifas com Publicação no D.R., nº 48 de 7 de março de 2012. Atualização do tarifário em 2% na Reunião de Câmara do dia 15/12/2014 e de 1,2% na Reunião da câmara de 28/12/2015

3. Impactos financeiros das Medidas Preconizadas no PAF

Considerando o conjunto de medidas a que o Município de Miranda Do Douro se propôs implementar e/ou cumprir, objetivando a recuperação da sua sustentabilidade financeira, o quadro seguinte demonstra a evolução dos impactos financeiros das medidas a 30/06/2016, comparativamente ao valor anual previsto no PAF.

Assim, porque a avaliação real desses impactos, só no final pode ser aferida, os desvios agora registados, fruto do próprio desenrolar da atividade económica, vão sofrer alterações, pelo que devem ser analisados à luz deste fundamento.

Descrição das medidas	Data início prevista para os efeitos da aplicação da medida	Valor Anual Previsto No PAF	Valor Executado 1º Semestre/2016	Desvio face ao previsto
B.1 Aumento da receita				
1. Maximização dos preços cobrados pelo município, através da reapreciação dos tarifários	01-01-2013	686.400,34	130.183,10	-556.217,24
2. Otimização e racionalização das taxas cobradas pelo município	01-01-2013	118.017,87	20.848,59	-97.169,28
3. Outras medidas com impacto no aumento da receita				
3.1 - Avaliação Geral de Imóveis - Imposto Municipal s/ Imóveis				
3.2 - Actualização das Rendas de Edifícios Municipais				
... discriminar cada medida numa linha				
Total Aumento de receita (B.1)		804.418,21	151.031,69	-653.386,52
B.2 Redução da despesa				
4. Redução/contenção/ racionalização da despesa municipal com atividades que tenham impacto direto na diminuição de custos de funcionamento de infraestruturas municipais	01-01-2013	207.808,57	239.746,85	-31.938,28
5. Outras medidas com impacto na redução da despesa		5.055.816,91	2.555.119,30	2.500.697,61
5.1 Limitação do crescimento da rubrica "Estudos, Pareceres, Projectos e Consultadoria"	01-01-2013	528.772,98	505.478,08	23.294,90
5.2 Redução das transferências para Entidades Tercárias	01-01-2013	169.085,22	397.122,20	-228.036,98
5.3 Redução do n.º de colaboradores (regra 2 por 1)	01-01-2013	2.606.421,27	1.344.362,38	1.262.058,89
5.4 Redução do volume de horas extraordinárias e ajudas de custo	01-01-2013	43.622,56	23.508,85	20.113,71
5.5 Limitação das despesas de investimento à receita de capital do FEF líquida da amortização de capital do empréstimo de Saneamento e PAEL	01-01-2013	1.467.796,68	95.277,87	1.372.518,81
5.6 Implementação do Plano de Eficiência Energética	01-01-2013	240.118,20	189.369,92	50.748,28
... discriminar cada medida numa linha				
Total Poupança gerada pela redução da despesa (B.2)		5.263.625,48	2.794.866,15	2.468.759,33
Total impacto esperado (B.1+B.2)		6.068.043,68	2.945.897,84	1.815.372,81

4. Execução da Receita

No quadro seguinte procede-se à análise da execução da receita, através da comparação entre o valor previsto no PAF para o ano de 2016 com o valor executado a 30/06/2016.

(Análise da Receita – 1º Semestre de 2016)

Descrição	Previsão Anual PAF (1)	Execução 30/06/2016 (2)	Desvio (2) - (1)
Receita			
Receita Corrente	6.412.357,23 €	4.829.913,84 €	-1.582.443,39 €
01 - Impostos diretos	754.996,44 €	534.743,13 €	- 220.253,31 €
02 - Impostos indiretos	17.925,95 €	16.655,36 €	- 1.270,59 €
04 - Taxas, multas e outras penalidades	104.661,33 €	20.821,87 €	- 83.839,46 €
05 - Rendimentos de propriedade	568.951,89 €	840.827,99 €	271.876,10 €
06 - Transferências correntes	4.302.515,27 €	3.125.672,02 €	- 1.176.843,25 €
07 - Venda de bens e serviços correntes	624.386,74 €	286.806,03 €	- 337.580,71 €
08 - Outras receitas correntes	38.919,61 €	4.387,44 €	- 34.532,17 €
Receita de Capital	2.481.660,00 €	437.773,13 €	-2.043.886,87 €
09 - Venda de bens de investimento	- €	- €	- €
10 - Transferências de capital	2.481.660,00 €	437.773,13 €	- 2.043.886,87 €
12 - Passivos Financeiros	- €	- €	- €
13 - Outras receitas de capital	- €	- €	- €
Outras Receitas	- €	10.980,91 €	10.980,91 €
Receita Orçamental Total	8.894.017,23 €	5.278.667,88 €	-3.615.349,35 €

5. Execução da Despesa

No quadro seguinte procede-se à análise da execução da despesa, através da comparação entre o valor previsto no PAF para o ano de 2016 com o valor executado a 30/06/2016, constatando-se que no 1º semestre de 2016 as receitas foram superiores às despesas.

(Análise da despesa – 1º Semestre de 2016)

Descrição	Previsão Anual PAF (1)	Execução 30/06/2016 (2)	Desvio (2) - (1)
Despesa			
Despesa Corrente	5.875.752,75 €	3.530.958,94 €	-2.344.793,81 €
01 - Despesas com pessoal	2.978.668,75 €	1.445.706,15 €	- 1.532.962,60 €
02 - Aquisição de bens e serviços	2.484.372,89 €	1.632.127,96 €	- 852.244,93 €
03 - Juros e outros encargos	195.840,52 €	60.856,76 €	- 134.983,76 €
04 - Transferências correntes	145.924,21 €	337.122,20 €	191.197,99 €
05 - Subsídios	27.800,00 €	34.697,17 €	6.897,17 €
06 - Outras despesas correntes	43.146,38 €	20.448,70 €	- 22.697,68 €
Despesa de Capital	2.515.141,02 €	718.200,25 €	-1.796.940,77 €
07 - Aquisição de bens de capital	1.467.796,67 €	95.277,87 €	- 1.372.518,80 €
08 - Transferências de capital	33.479,03 €	60.000,00 €	26.520,97 €
09 - Ativos financeiros	- €	38.828,00 €	38.828,00 €
10 - Passivos financeiros	1.013.865,32 €	524.094,38 €	- 489.770,94 €
11 - Outras despesas de capital	- €	- €	- €
Despesa Orçamental Total	8.390.893,77 €	4.249.159,19 €	-4.141.734,58 €

O quadro seguinte faz o acompanhamento da execução dos saldos da execução orçamental relativos aos previstos no PAF, em termos anuais.

Descrição	Previsão Anual PAF (1)	Execução 30/06/2016 (2)	Desvio (2) - (1)
Saldo (Receita - Despesa)	503.123,46 €	1.029.508,69 €	526.385,23 €
Saldo Global (receita total deduzida dos ativos e passivos financeiros - despesa total, deduzida dos ativos e passivos financeiros)	1.516.988,78 €	1.592.431,07 €	75.442,29 €
Saldo Primário (Saldo Global acrescido dos juros da dívida pública)	1.712.829,30 €	1.653.287,83 €	- 59.541,47 €

6. Evolução da Dívida de Curto, Médio e Longo Prazo

Do mapa seguinte, que faz a comparação das dívidas de natureza orçamental, apurada em 30/06/2016 e a projetada no PAF para 31/12/2016, verifica-se que na data de referência do presente relatório, um desvio positivo de 631.981,00 €.

MAPA PREVISIONAL DA EVOLUÇÃO DÍVIDA POR CURTO E MÉDIO E LONGO PRAZO					
Descrição	Valores candidatura (PAF)		Valores Executados 30/06/2016	Desvio	Observação / Justificação
	2016				
Dívida de Curto prazo	1.818.802		1.017.691	-801.111	
Empréstimos de CP	0		0	0	
Empréstimos de MLP - Valor exigível a CP	1.013.865		503.132	-510.733	
Outra	804.936		514.559	-290.377	
Fornecedores c/c	207.031		0	-207.031	
Fornecedores de imobilizado c/c	123.288		0	-123.288	
Estado e Outros Entes Públicos	92.307		64.706	-27.601	
Clientes, contribuintes e utentes	0		50.955	50.955	
Administração autárquica	0		0	0	
Outros credores	382.310		398.898	16.588	
<i>Subtotal Curto prazo</i>	<i>1.818.802</i>		<i>1.017.691</i>	<i>-801.111</i>	
Dívida de Médio e longo prazo	4.631.173		4.894.630	263.457	
Empréstimos	4.631.173		4.894.630	263.457	
No âmbito do PAEL	1.451.221		1.521.847	70.626	Deslizamento do mapa de serviço da dívida arrendando à data de utilização dos empréstimos (PAEL + Saneamento)
Outros empréstimos de médio/longo prazo	3.179.952		3.372.783	192.831	Deslizamento do mapa de serviço da dívida arrendando à data de utilização dos empréstimos (PAEL + Saneamento)
Outra	0		0	0	
Fornecedores c/c	0			0	
Fornecedores de imobilizado c/c				0	
Estado e Outros Entes Públicos				0	
Clientes, contribuintes e utentes				0	
Administração autárquica				0	
Outros credores				0	
<i>Subtotal Médio e longo prazo</i>	<i>4.631.173</i>		<i>4.894.630</i>	<i>263.457</i>	
Total da dívida	6.449.975		5.912.321	-537.654	
Dívida referente a operações de tesouraria e, se refletidas patrimonialmente, a cauções e garantias prestadas por terceiros	420.232		514.559	94.327	
Total da dívida de natureza orçamental	6.029.743		5.397.762	-631.981	

Contata-se, conforme quadro infra, que relativamente a 31/12/2015 e no decurso do 1º semestre de 2016, o Município reduziu a sua dívida de operações orçamentais em 526.533,45 €

Natureza/Ano	31/12/2015	30/06/2016
Fornecedores c/c (fornecedores de bens e serviços)	2.439,07 €	0,00 €
Estado	0,00 €	0,00 €
Transferências Adm. Autárquica e empresas Intermunicipais	0,00 €	0,00 €
Fornecedores de Imobilizado (fornecedores de investimentos)	0,00 €	0,00 €
Outras - Instituições Particulares, Culturais, etc...	0,00 €	0,00 €
Bancos - Curto prazo	0,00 €	0,00 €
Bancos e Estado - médio e longo prazo	5.921.856,26 €	5.397.761,88 €
Total	5.924.295,33 €	5.397.761,88 €

7. Endividamento

Conforme dito na introdução, e para os Planos de Saneamento e PAEL, aprovados antes da entrada em vigor da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, mantêm-se as disposições previstas na Lei nº 2/2007, de 15 de janeiro, e do Decreto-Lei nº 38/2008, de 7 de março, alterado pelo Decreto-Lei nº 120/2012, de 19 de junho.

Assim e para efeitos de monitorização dos Limites ao Endividamento aplicam-se as disposições previstas na Lei nº 2/2007, de 15 de janeiro.

Face ao exposto, o quadro seguinte demonstra a posição do Município à data de 30/06/2016, face aos limites ao Endividamento, apurados nos termos da LFL, em que se demonstra que o Município dispõe, para monitorização do PAF, de margem de endividamento face aos limites.

APURAMENTO DA SITUAÇÃO DE ENDIVIDAMENTO NO FINAL DE (30/06/2016)

(€)

Designação	Montante	Observações
TOTAL ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO CURTO PRAZO	0,00	(A) = Saldo credor conta 2311
EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO NÃO AMORTIZADOS ATÉ 31 DE DEZEMBRO DO ANO EM CAUSA		(B) = Saldo credor conta 2311 em 31 de Dezembro
CAPITAL EM DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS MUNICÍPIO	5.397.761,88	(C) = Saldo credor conta 2312
TOTAL ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO MUNICÍPIO	2.013.507,57	(D) = Passivos - Activos da linha (A) do Quadro 2. Activos e passivos financeiros
CONTRIBUIÇÃO AM, SM E SEL PARA O ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS		(E) = Total das contribuições AM, SM e SEL para o endividamento bancário de médio e longo prazos*
CONTRIBUIÇÃO AM, SM E SEL PARA O ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	189.426,03	(F) = Total das contribuições AM, SM e SEL para o endividamento líquido*
CAPITAL EM DÍVIDA DE EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS EXCEPCIONADOS DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL	308.921,75	(G) = Campo A do recapitulativo do Quadro 3. Endividamento de médio e longo prazos
DÍVIDAS À EDP 1988	0,00	(H) = Campo B do recapitulativo do Quadro 3. Endividamento de médio e longo prazos
CAPITAL EM DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS A CONSIDERAR	5.088.840,13	(I) = (C) + (E) - (G) + (B)**
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO A CONSIDERAR	1.894.011,85	(J) = (D) + (F) - (G) - (H)

Limites ao endividamento Municipal nos termos da Lei nº 2/2007

Limites endividamento municipal (recapitulativo)

ENDIVIDAMENTO DE CURTO PRAZO	745.440,86	(K) = 10% do somatório dos impostos directos cobrados em 2014 e dos Fundos Municipais para 2015, com exclusão do Fundo Social Municipal
ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	7.454.408,58	(L) = 100% do somatório dos impostos directos cobrados em 2014 e dos Fundos Municipais para 2015, com exclusão do Fundo Social Municipal
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	9.318.010,73	(M) = 125% do somatório dos impostos directos cobrados em 2014 e dos Fundos Municipais para 2015, com exclusão do Fundo Social Municipal

Situação face aos limites

ENDIVIDAMENTO DE CURTO PRAZO	Excesso		(N) = Excesso, se (A) > (K); (N) = Margem, se (A) < (K)
	Margem	745.440,86	
ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	Excesso		(O) = Excesso, se (I) > (L); (O) = Margem, se (I) < (L)
	Margem	2.365.568,45	
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	Excesso		(P) = Excesso, se (J) > (M); (P) = Margem, se (J) < (M)
	Margem	7.423.998,88	

8. Acompanhamento do PAF pela Direção-Geral das Autarquias local (DGAL)

Não aplicável. O acompanhamento e monitorização do PAEL pela DGAL, tem periodicidade anual.

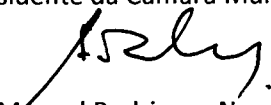
9. Disposições Finais

Ao presente relatório deverá ser dada continuidade nos seguintes termos:

- **Remeter à Assembleia Municipal** para apreciação, nos termos do artigo 40.º da LFL e nos termos da alínea a) do artigo 12.º da Lei 43/2012, de 28 de agosto,
- **Remeter aos membros do Governo** responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais, de acordo com o definido no artigo 6.º do Decreto-Lei nº 38/2008, de 7 de março;
- **Publicar na página de Internet do Município**, após apreciação pela Assembleia Municipal, de acordo com o artigo 49.º da Lei nº2/2007, de 15 de janeiro,

Miranda do Douro, 06 de setembro de 2016

O Presidente da Câmara Municipal


(Artur Manuel Rodrigues Nunes, Dr.)

públicos de Transporte de Passageiros Municipais, de acordo com o previsto nos art.º 6º, 2º e 10º do RJSPTP e nos artigos 116º a 123º e 128º a 130º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, da ata nº 21/2016, da ata 21/2016;

Aprovado por unanimidade.

5. 18ª Modificação Orçamental ao Orçamento da Despesa de 2016;

Aprovado por unanimidade.

6. Taxa Municipal de Direitos de Passagem (Ano 2017);

Deliberado por unanimidade propor à Assembleia Municipal a fixação da taxa de 0,25%.

7. Imposto Municipal sobre Imóveis, a liquidar em 2017;

Deliberado por unanimidade propor à Assembleia Municipal a aplicação da taxa de 0,3% sobre os prédios urbanos e a redução da taxa prevista no art.º 112º-A do CIMI.

8. Participação variável no IRS (ano 2017);

Deliberado por unanimidade propor à Assembleia Municipal a percentagem pretendida de 5% a título de participação variável no IRS.

9. Derrama (Para vigorar em 2016);

Deliberado por unanimidade propor à Assembleia Municipal a fixação das seguintes taxas:

- Normal de 1,5%

- Reduzida de 0%

- Para a atividade dos Centros Electroprodutores, aplicar a fórmula de repartição aprovada pelos membros do governo responsáveis pelas áreas das finanças, do Ambiente e da Administração Local

10. Renovação de Protocolo de Transferência de Verba e Colaboração;

Deliberado por unanimidade aprovar a renovação do referido Protocolo para o ano letivo 2016/2017.

11. Relatório de Acompanhamento da Execução do PAF - 1º Semestre de 2016. Plano de Saneamento Financeiro. Programa de Apoio à Economia Local;

Deliberado por maioria apreciar favoravelmente, com a abstenção do Vereador Nuno Rodrigues.

12. Pedido de Emissão de certidão de Constituição em Regime de Propriedade Horizontal, solicitado por Clementina Luísa Martins;

Deliberado por unanimidade aprovar o solicitado.

13. Minuta do Contrato da empreitada - Arranjos Urbanísticos em Ifanes, Paradela, Constantim, Cicouro, São Martinho e Póvoa;

Deliberado por unanimidade aprovar.

14. Minuta do Contrato da empreitada - Arranjos Urbanísticos em Sendim, Atenor, Teixeira, Prado Gatão, Palaçoulo, Picote e Barrocal do Douro;

Deliberado por unanimidade aprovar .

15. Minuta do Contrato da empreitada - Arranjos Urbanísticos em Vila Chã, Fonte Aldeia, Freixiosa, Duas Igrejas, Cércio, Vale de Mira, São Pedro, Granja, Fonte Ladrão e Águas Vivas;

Deliberado por unanimidade aprovar .

16. Minuta do Contrato da Prestação de Serviços para o Transporte da Água para Abastecimento Público com recurso a camião Cisterna para a Zona Norte do Concelho de Miranda do Douro;

Deliberado por unanimidade aprovar .

17. Relatório de Acompanhamento em 30 de Junho de 2016 da Miranda Cultural e Rural, E.M.;

Deliberado por maioria apreciar favoravelmente, com a abstenção do Vereador Nuno Rodrigues .

Presente para aprovação, a ata em minuta, da reunião de Câmara, com dispensa de leitura, foi deliberado por **unanimidade**, aprovar a mesma.

ENCERRAMENTO

Não havendo outros assuntos a tratar, o Exmo. Senhor Presidente da Câmara, declarou encerrada a reunião às 1150 horas da qual se exarou a presente ata em minuta, com a finalidade de conferir eficácia imediata às deliberações aprovadas, a qual produz fielmente as deliberações nela tomadas, que vai ser assinada pelo Exmo. Sr. Presidente da Câmara e pela Secretária.

27 Jacinto
7/11
W
C

1) Normal, de 1,5% sobre o lucro tributável, nos termos do nº 1 do artigo 18º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, -----

2) Isenta para sujeitos passivos com um volume de negócios que não ultrapasse 150.000,00 €, nos termos do nº 10 do artigo 18º da citada Lei, -----

Tomou ainda conhecimento da repartição da Derrama associada aos Centros Electroprodutores - EDP - Gestão da Produção de Energia, S.A.. -----

12. RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO PAF - 1º SEMESTRE DE 2016. PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO. PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL; -----

Foi presente o Relatório de acompanhamento da execução do PAF do 1º Semestre de 2016 referente ao Plano de Saneamento Financeiro do PAEL para ser apreciado. -----

Inscreveram-se para intervir neste ponto os seguintes membros: -----

Orlando Vaqueiro: No quadro da análise da receita do 1º semestre refere, rendimentos de propriedade 568.951,89€, a minha pergunta é simples, o que é que a Câmara vendeu? -----

Presidente da Câmara: A questão da permuta do Posto Zootécnico de Malhadas com o Quartel da GNR. -----

Não havendo mais nenhuma inscrição, foi colocado o ponto a votação de apreciação, tendo sido apreciado favoravelmente por maioria e em minuta, com uma abstenção da deputada Ivete Martins. -----

13. RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO EM 30 DE JUNHO DE 2016 DA MIRANDA CULTURAL E RURAL, E.M.; -----

Foi presente o Relatório de acompanhamento em 30 de junho de 2016 da Miranda Cultural e Rural, E.M. para ser apreciado. -----

Foi dada a palavra à **Vereadora Anabela Torrão** que disse: Congratulo-me pelo excelente resultado em termos financeiros visto que estamos a falar de um termo deficitário de 5.396,00 €, que em comparação com o período homólogo do ano anterior, em que era um valor deficitário de 13.246,00 €, registamos aqui uma recuperação de cerca de 8.000,00 €, por isso queria fazer aqui um voto de louvor, muito sentido a todos os funcionários, ao restante Conselho de Administração, na pessoa do Dr. Pimentel, e em especial também